

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Secretaria-Geral de Administração - Segedam

Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio – Selip

Diretoria de Licitações e Processamento de Contratos e Aditivos – Dilic

Serviço de Elaboração de Contratos e Aditivos - SCA

TERMO DE CONTRATO N.º 7/2023-SEGEDAM QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S/A PARA O FORNECIMENTO DE UNIDADES DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFRAESTRUTURA DE TI (USIT'S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI DO TCU.

CONTRATANTE: A União, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, CNPJ (MF) n.º 00.414.607/0001-18, Endereço: Setor de Administração Federal Sul, Quadra 04, Lote 01, em Brasília/DF, CEP 70.042-900, neste ato representado pelo Senhor Secretário-Geral de Administração, **MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE**, de acordo com a delegação de competência contida no Art. 1º, inciso II, alínea “i”, da Portaria-TCU nº 6, de 2 de janeiro de 2023.

CONTRATADA: **GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S/A**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 12.130.013/0003-26, estabelecida na SCN QD 05 BL A Nº 50 SALA 502 – ASA NORTE, BRASÍLIA/DF CEP: 70.915-900, neste ato representada pelas suas Administradoras, Senhoras **KARINA BONER LÉO SILVA** e **TATIANE ARAÚJO PEREIRA**, de acordo com a representação legal outorgada por estatuto social.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 006.495/2022-2 (Pregão Eletrônico nº 62/2022), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto o fornecimento de Unidades de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (USIT's) para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza contínua na área de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal de Contas da União (TCU), pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 62/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2. O valor total estimado anual deste contrato e para o período de 24 (vinte e quatro) meses é de, respectivamente, R\$ 17.944.140,24 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e quatro centavos) e R\$ 35.888.280,48 (trinta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e reais e quarenta e oito centavos), conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 62/2022 e tabela a seguir:



Item	Subitem	Descrição do Subitem	Unid.	Qtd.	Quant. / Mês	Valor unitário da USIT (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor anual (R\$)	Valor Total 24 Meses (R\$)
1	1.1	USIT's fixas	mês	24	24.228	44,74	1.083.960,72	13.007.528,64	26.015.057,28
	1.2	USIT's variáveis	mês	24	9.195		411.384,30	4.936.611,60	9.873.223,20
Total					33.423	-----	1.495.345,02	17.944.140,24	35.888.280,48

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3. A despesa orçamentária da execução deste contrato para o exercício de 2023, no valor de R\$ 14.642.126,91 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e noventa e um centavos), correrá conforme a Nota de Empenho Estimativo n.º 2023NE000189, de 16/2/2023.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

4. A CONTRATANTE convocará os representantes da CONTRATADA para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da convocação, participar de reunião de alinhamento de expectativas contratuais na Sede do Tribunal, quando eventuais dúvidas ou questionamentos de ambas as partes poderão ser elucidados visando o início da prestação dos serviços.

5. Após a reunião citada no item anterior, a Setid estará autorizada a emitir "Solicitação para Implantação de NSTI" solicitando à CONTRATADA para que, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, implante qualquer dos Núcleos de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (NSTI's) previstos na Tabela do item 3.12 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022 e especificados na solicitação (podendo ser um, mais de um ou todos NSTI's), com suas quantidades mínimas de postos de serviço em cada perfil profissional requerido, para o início da prestação dos serviços.

5.1. O prazo unicamente para o NSTI "10 – COI (Centro de Operações da infraestrutura)" será de 15 (quinze) dias corridos.

6. Quando disponíveis os profissionais, conforme os perfis requeridos, nas quantidades especificadas e aptos para iniciar a prestação dos serviços de qualquer dos NSTI's solicitados, a CONTRATADA apresentará a documentação comprobatória exigida para eles, conforme os Requisitos de Qualificação Profissional das Especificações Técnicas dos serviços (item 6 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022) e a Setid, a partir dessa data, terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para, caso a documentação seja aprovada, emitir à CONTRATADA o "Atestado de Implantação de NSTI", a qual deverá, em no máximo 3 (três) dias corridos, alocar efetivamente os profissionais para o início da prestação dos serviços ao Tribunal e começo da fatura das USIT's referentes àquele(s) núcleo(s) implantado(s).

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Secretaria-Geral de Administração - Segedam

Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio – Selip

Diretoria de Licitações e Processamento de Contratos e Aditivos – Dilic

Serviço de Elaboração de Contratos e Aditivos - SCA

7. O cálculo das USIT's devidas para faturamento sempre será feito com base na data do primeiro dia útil da alocação do profissional ao contrato e efetivo início da prestação de seus serviços ao Tribunal, bem como na data do último dia útil em que ele esteve disponível para a prestação de seus serviços ao TCU, não importando outras datas, tais como a data de admissão ou rescisão de seu contrato de trabalho com a CONTRATADA.

8. A partir da data de emissão do “Atestado de Implantação de NSTI” a CONTRATADA terá 90 (noventa) dias corridos para adaptação, implantação do modelo operacional e estabilização dos serviços prestados pelo respectivo núcleo, antes de serem computados integralmente os descontos em virtude do não cumprimento das metas e níveis mínimos de serviço do núcleo implantado, sendo chamado de período de estabilização.

8.1. Durante o período de estabilização a CONTRATADA deverá atingir no primeiro mês, no mínimo, 70% (setenta por cento), no segundo mês, no mínimo, 80% (oitenta por cento), e no terceiro mês, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos resultados esperados/níveis de qualidade exigidos, conforme o Acordo de Níveis Mínimos de Serviço (Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022).

8.2. A partir do quarto mês os resultados esperados/níveis de qualidade exigidos deverão ser cumpridos integralmente.

8.3. Em caso de prorrogação da vigência contratual não haverá novo período de estabilização. Se os percentuais anteriormente especificados neste item não forem atingidos, serão aplicados os descontos previstos no Acordo de Níveis Mínimos de Serviço (Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022).

9. Após a implantação de qualquer NSTI e mediante avaliação prévia dos critérios específicos definidos para esse fim, a Setid estará autorizada a emitir “Solicitação de profissional adicional para NSTI”, “Solicitação para substituição de profissional alocado a NSTI” (a solicitação de substituição de profissional se dará por critérios discricionários exclusivamente atribuídos ao fiscal do contrato) ou “Solicitação para desvinculação de profissional de NSTI” solicitando à CONTRATADA para que, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, adicione, substitua ou desvincule qualquer perfil profissional especificamente mencionados dos Núcleos de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (NSTI's) implantados (podendo ser um, mais de um ou todos), independentemente das quantidades mínimas ou máximas de cada perfil profissional requerido.

9.1. Quando houver adição, a partir da data do início da alocação e início da prestação dos serviços, a quantidade de USIT's correspondente aos perfis profissionais adicionados será somada ao total do respectivo núcleo para fins de faturamento.

9.2. Quando solicitada substituição, a partir do dia seguinte ao fim da prestação dos serviços do profissional a ser substituído, o novo profissional com o mesmo perfil alocado em sua substituição deverá iniciar a prestação de seus serviços contratuais, sendo que, nesse caso, a quantidade total de USIT's do respectivo núcleo permanecerá inalterada para fins de faturamento.



- 9.3.** Quando houver desvinculação, a partir do dia seguinte ao fim da prestação dos serviços, a quantidade de USIT's correspondente aos perfis profissionais desvinculados será diminuída do total do respectivo núcleo para fins de faturamento.
- 9.4.** Quando for adicionado ou substituído algum perfil profissional, a CONTRATADA deverá apresentar no prazo de, no máximo, 60 (sessenta) dias toda a documentação que comprove a qualificação exigida para o novo ocupante do perfil.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- 10.** O prazo de vigência deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do início efetivo da prestação dos serviços, ou seja, a partir da implantação do primeiro NSTI.
- 11.** O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
- 11.1.** Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 11.2.** A Administração do TCU tenha interesse na continuidade dos serviços;
 - 11.3.** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TCU; e
 - 11.4.** A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data que a CONTRATADA recebeu a sua via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia no valor de R\$ 897.207,01 (oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e sete reais e um centavo), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados do início efetivo da prestação dos serviços, ou seja, a partir da implantação do primeiro NSTI, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:
- 12.1.** caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - 12.1.1.** A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do Tribunal de Contas da União, na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária.
 - 12.2.** seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço"; ou
 - 12.3.** fiança bancária, observado o modelo do Anexo XIII do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022.



13. O descumprimento do prazo fixado para apresentação da garantia autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, no valor correspondente à garantia devida, a título de caução em dinheiro.

13.1. A garantia constituída na forma do item acima é provisória, de modo que a CONTRATADA pode, a qualquer tempo, substituí-la por quaisquer das modalidades de garantia previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

13.2. O bloqueio efetuado com base neste item não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DAS PARTES

14. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022, deve:

15.1. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

15.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

15.4. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;

15.5. Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução-TCU nº 330, de 1º de setembro de 2021, regulamentado pela Portaria-TCU nº 112, de 22 de julho de 2022;

15.6. Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS);

15.6.1. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional.

16. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

16.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;



- 16.2.** A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 16.3.** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
- 17.** A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022, deve:
- 17.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;
- 17.2.** Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 17.3.** Entregar à CONTRATADA, previamente ao início da execução do objeto, o Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU para a observância de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA alocados para a prestação de serviços no Tribunal.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 18.** Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) titular da Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
- 19.** A atestação de conformidade da prestação dos serviços cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 20.** Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

- 21.** O preço das Unidades de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (USIT's), desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no Pregão Eletrônico n.º 62/2022 ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderá ser reajustado utilizando-se a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

21.1. Fórmula de cálculo: $Pr = P + (P \times V)$

- 21.2.** Onde: Pr = preço reajustado, ou preço novo; P = preço atual (antes do reajuste); V = variação percentual obtida na forma do primeiro item desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

- 22.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.



- 22.1.** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 22.2.** Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 23.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do primeiro item desta cláusula.
- 24.** O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

- 25.** A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 25.1.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 26.** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

- 27.** O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 62/2022, constante do processo TC 006.495/2022-2, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 28.** O pagamento adotado no contrato será por desempenho. Neste modelo, o valor mensal a ser faturado é calculado com base na quantidade de serviço efetivamente solicitada e executada no mês descontados dos resultados (indicadores de nível de serviço) não alcançados pela CONTRATADA na prestação deste serviço, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022, seus Anexos, e do Acordo de Níveis Mínimos de Serviço (Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022).
- 29.** Para a apuração da quantidade de USIT's a ser faturada em cada mês de prestação dos serviços, serão verificados para cada NSTI implantado a quantidade de perfis profissionais alocados no mês de referência, mediante a contagem da quantidade de dias de serviço corridos efetivamente prestados por cada perfil, somadas as quantidades de USIT's referentes às ordens de serviço (OS) porventura concluídas no período e descontados os pertinentes descontos pelo não atingimento dos níveis mínimos de serviço aplicáveis a cada núcleo.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral de Administração - Segedam

Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio – Selip

Diretoria de Licitações e Processamento de Contratos e Aditivos – Dilic

Serviço de Elaboração de Contratos e Aditivos - SCA

- 29.1.** Ao final, serão somados os totais de USIT's de todos os núcleos, resultando no total de USIT's a ser faturado no mês.
- 29.2.** Esse total será multiplicado pelo valor contratado da USIT constante da proposta da CONTRATADA (e eventuais reajustes posteriores), resultando no valor monetário correspondente à fatura do mês correspondente.
- 29.3.** A quantidade de USIT's estimada para cada NSTI não é fixa e, sim, dependente de efetiva apuração para que seja efetuado o respectivo pagamento pelos serviços prestados.
- 30.** A superação dos resultados esperados e níveis de qualidade para um critério não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento dos resultados obtidos em outros critérios no mesmo período, tampouco poderá ser utilizada para compensar o não atendimento do mesmo critério em um período diferente.
- 31.** Fatores de ajustes e descontos serão aplicados sempre que os serviços/produtos não atenderem aos níveis de qualidade exigidos, prazos de atendimento, resultados esperados e níveis mínimos de serviço, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022 e de seus Anexos.
- 32.** As USIT's descontadas em virtude do não atingimento dos níveis mínimos de serviço contratualmente acordados não serão pagas, porém contarão para a totalização (serão somadas) de USIT's efetivamente executadas na prestação dos serviços contratados.
- 33.** As ORDENS DE SERVIÇO concluídas e recebidas definitivamente no mês de referência, nos montantes efetivamente executados e autorizados pela CONTRATANTE, ajustadas pelos descontos pertinentes e aplicação do NMS devido, serão integralmente pagas no mês subsequente, salvo se houver autorização expressa do Gestor do Contrato para pagamento parcial de OS.
- 33.1.** Como regra geral, os serviços que ultrapassarem o mês de sua solicitação serão apurados no mês de sua finalização.
- 34.** O pagamento referente à entrega dos serviços será efetuado após conclusão e recebimento mensal, mediante entrega da nota de cobrança da CONTRATADA devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.
- 35.** As notas fiscais/faturas referentes aos serviços contratados deverão ser emitidas e apresentadas pela CONTRATADA, já deduzidos os fatores de abatimento calculados, após a aprovação final do Relatório de Serviços Prestados.
- 36.** As notas fiscais/faturas devem apresentar, no campo descrição dos serviços, as OS a que se referem, adicionados do quantitativo de USIT fixas apurado, assim como todos os descontos e ajustes pertinentes.
- 37.** A documentação de comprovação da regularidade fiscal deverá ser entregue juntamente à nota fiscal/fatura do mês de competência do serviço.
- 38.** Não serão aceitas notas fiscais/faturas desacompanhadas da documentação de comprovação de regularidade fiscal.



- 39.** Na medição dos serviços mensais, para fins de faturamento serão computados:
- 39.1.** A quantidade de USIT efetivamente prestados em cada OS, descontados dos fatores de ajustes específicos da OS relativos aos resultados esperados e níveis de qualidade exigidos.
- 39.2.** A quantidade de USIT apurada para cada NSTI, descontados dos fatores de ajustes específicos relativos aos resultados esperados e níveis de qualidade exigidos para cada núcleo.
- 39.3.** Os fatores de Descontos Adicionais.
- 40.** A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da apresentação do documento fiscal correspondente, desde que cumpridas todas as exigências previstas neste contrato.
- 41.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 42.** Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
- 43.** A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
- 44.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 44.1.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FONTE

- 45.** Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:
- 45.1.** do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;



45.2. da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

45.3. do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

46. A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

47. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, a CONTRATADA que:

47.1. apresentar documentação falsa;

47.2. fraudar a execução do contrato;

47.3. comportar-se de modo inidôneo;

47.3.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal.

47.4. cometer fraude fiscal; ou

47.5. fizer declaração falsa.

48. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do contrato**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens abaixo, com as seguintes sanções:

48.1. Advertência;

48.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), por prazo não superior a dois anos;

48.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou



- 48.4. Impedimento** de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
- 49.** Se a CONTRATADA exceder o prazo de implantação do COI em mais de 15 (quinze) dias corridos, ficará caracterizada a **inexecução total do contrato**.
- 50.** Caso a CONTRATADA não atenda aos prazos, valores e níveis de serviços estabelecidos neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022 e em seus Anexos, estará sujeita às seguintes multas, assegurada prévia e ampla defesa:
- 50.1.** 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor anual do contrato, por dia corrido de atraso além dos limites para o atendimento, de acordo com os prazos especificados na CLÁUSULA QUARTA deste contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, quando poderá ficar caracterizada a **inexecução parcial do contrato**;
 - 50.2.** 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor anual do contrato, por dia corrido, além do prazo de estabilização dos serviços de qualquer NSTI implantado, em que não atingir o cumprimento das metas e níveis mínimos de serviço especificados no Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022, até o limite de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, quando poderá ficar caracterizada a **inexecução parcial do contrato**;
 - 50.3.** 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor anual do contrato, por dia corrido sem que haja a devida correção, após ser notificada sobre o pagamento de remuneração bruta inferior ao constante em sua proposta comercial detalhada para qualquer perfil profissional, de qualquer dos NSTI's implantados, até o limite de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, quando poderá ficar caracterizada a **inexecução parcial do contrato**;
 - 50.4.** 5% (cinco por cento) do valor líquido mensal referente ao pagamento do mês em que o indicador IRAMD (Indicador de Reincidência de Abatimento Máximo de Disponibilidade) for maior ou igual a 4, situação que poderá caracterizar **inexecução parcial do contrato**, conforme especificado no item 2.11 do Acordo de Níveis Mínimos de Serviço - Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022;
 - 50.5.** 5% (cinco por cento) do valor líquido mensal referente ao pagamento do mês em que o indicador IRAMS (Indicador de Reincidência de Abatimento Máximo de Serviço) for maior ou igual a 6, situação que poderá caracterizar **inexecução parcial do contrato**, conforme especificado no item 2.13 do Níveis Mínimos de Serviço - Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022.
- 51.** A soma dos valores de todas as multas previstas e efetivamente aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar o limite de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato e, quando atingirem este limite estipulado, poderão ser tomadas, a exclusivo critério da CONTRATANTE ações administrativas tendo em vista a rescisão do contrato por **inexecução parcial**, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato ou em legislação vigente.



52. A multa pela **inexecução parcial do contrato** será de 10% (dez por cento) sobre seu valor anual.
53. A multa por **inexecução total do contrato** será de 30% (trinta por cento) sobre o seu valor anual.
54. Caracterizada a **inexecução parcial ou total do contrato** e, também, em caso de reiterado inadimplemento dos níveis de serviço, a CONTRATANTE ainda poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
55. Em caso de reiterado inadimplemento dos níveis de serviço, a CONTRATANTE poderá aplicar sanção de **advertência** ou outras sanções previstas no contrato.
56. A CONTRATADA fica também sujeita a **advertência** por violação de cláusula contratual quando houver a adição ou substituição de algum perfil profissional, se, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos após o dia de início da prestação dos serviços pelo novo profissional, não apresentar as certificações e comprovações de experiência técnico-profissional para ele exigidas, passando, então, a ser considerada em atraso desde o dia inicial de suas atividades, conforme fator de abatimento por violação de requisito (FAVR) constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico n.º 62/2022.
57. A aplicação de multas ou qualquer outra sanção administrativa não reduz a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados à Administração.
58. Quando notificada, a CONTRATADA será também considerada em atraso se os serviços forem prestados em desacordo com as especificações técnicas exigidas, bem como se ela não os adequarem dentro dos prazos fixados na notificação.
59. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 59.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- 59.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 59.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 59.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
60. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral de Administração - Segedam
Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio – Selip
Diretoria de Licitações e Processamento de Contratos e Aditivos – Dilic
Serviço de Elaboração de Contratos e Aditivos - SCA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

61. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Datado e assinado eletronicamente.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário Geral de Administração

GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S/A

KARINA BONER LÉO SILVA
Representante legal

TATIANE ARAÚJO PEREIRA
Representante legal

Assinado digitalmente por:
TATIANE ARAÚJO PEREIRA
CPF: 007.291.271-50
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 22/02/2023 07:46:19 -03:00



Assinado digitalmente por:
KARINA BONER LEO SILVA
CPF: 003.064.231-03
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 24/02/2023 11:59:38 -03:00



Esse documento foi assinado por TATIANE ARAUJO PEREIRA e KARINA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/23CAL-YMBJ8-9E6BG-5D7DT>





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 23CAL-YMBJ8-9E6BG-5D7DT

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ TATIANE ARAUJO PEREIRA (CPF 007.291.271-50) em 22/02/2023 07:46 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ KARINA BONER LEO SILVA (CPF 003.064.231-03) em 24/02/2023 11:59 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/23CAL-YMBJ8-9E6BG-5D7DT>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://signer.assinadorsfa.com.br/validate>